n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro:

Teresa Paula Mendes Carvalho de Almeida, na categoria de cantoneiro de limpeza, índice 155, escalão 1, da tabela do regime geral da função pública.

A referida funcionária deverá aceitar a referida nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

8 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Álvaro Henriques Gonçalves*.

2611041038

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Aviso (extracto) n.º 15 523/2007

Torna-se público que, por meus despachos de 23 de Julho, mediante o procedimento de reclassificação profissional, findo o período de nomeação em comissão de serviço extraordinária, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 3.º e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, 6.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, conjugados com a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, foram feitas as seguintes nomeações definitivas:

Carla Maria de Sousa Branco Marques Ferreira de Gouveia, técnica superior de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 400;

Roberto Paulo Neves de Castro, técnico superior de 2.ª classe (área de contabilidade), 1.º escalão, índice 400.

10 de Agosto de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado*.

2611041028

Aviso (extracto) n.º 15 524/2007

Torna-se público que, por meu despacho de 23 de Julho, ao abrigo do regime de reclassificação profissional previsto na alínea *e*) do artigo 2.º e no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, foram feitas as seguintes nomeações definitivas:

João Abel Freitas Figueira, auxiliar de serviços gerais, 5.º escalão, índice 170, reclassificado na categoria de fiel de armazém, 4.º escalão, índice 181;

Duarte Jorge Castro Berimbau, auxiliar de serviços gerais, 5.º escalão, índice 170, reclassificado na categoria de fiel de armazém, 4.º escalão, índice 181.

10 de Agosto de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado*.

2611041033

Aviso (extracto) n.º 15 525/2007

Torna-se público que, por meu despacho, de 23 de Julho, Roberto Paulo Mendes Pereira, motorista de pesados, 1.º escalão, índice 151, foi nomeado em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, na categoria de assistente administrativo, 1.º escalão, índice 199, ao abrigo do regime de reclassificação profissional previsto nas alíneas *d*) do artigo 2.º e *b*) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

10 de Agosto de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado*.

2611041032

Aviso (extracto) n.º 15 526/2007

Torna-se público que, por meu despacho de 7 de Agosto, Roberto Bruno de Freitas Ferreira, motorista de ligeiros, 2.º escalão, índice 151, foi nomeado em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, na categoria de assistente administrativo, 1.º escalão, índice 199, ao abrigo do regime de reclassificação profissional previsto nas alíneas *e*) do artigo 2.º e *b*) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

10 de Agosto de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado*.

2611041031

Aviso (extracto) n.º 15 527/2007

Torna-se público que por meus despachos, de 23 de Julho, mediante o procedimento de reclassificação profissional, findo o período de nomeação em comissão de serviço extraordinária, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 3.º e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e 6.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, conjugado com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, foram feitas as seguintes nomeações definitivas:

Tomé Filipe Gouveia Freitas, assistente administrativo, 1.º escalão, índice 199;

Raul Alves Nunes, assistente administrativo, 1.º escalão, índice 199.

10 de Agosto de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado*.

2611041029

CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS

Aviso n.º 15 528/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 29 de Junho de 2007, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptadas à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi renovada a seguinte comissão de serviço, por um período de três anos, com efeito a partir de 1 de Setembro de 2007:

Mário Barata Garcia, chefe de divisão Administrativa e Financeira renovada até 31 de Agosto de 2010.

10 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Girão Vitorino*.

2611041039

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

Aviso n.º 15 529/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de jardineiro — operário (grupo de pessoal operário qualificado)

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 13 de Agosto de 2007 e nos termos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de jardineiro — operário, da carreira de jardineiro (grupo de pessoal operário qualificado), pertencente ao quadro do pessoal próprio desta autarquia e ao serviço da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente, remunerado pelo índice 142 da escala indicatória para as carreiras de regime geral da função pública, actualmente no valor de € 463,99.

O concurso reger-se-á, nomeadamente, pelos Decretos-Leis n.ºs 238/99, de 25 de Junho, e 29/2001, de 3 de Fevereiro, pela Portaria n.º 807/99, de 21 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, pela Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e, em conformidade com o disposto no seu artigo 27.º, se faz constar:

1 — O concurso é de provimento, válido para as vagas postas a concurso, caducando com o seu preenchimento.

2 — Podem concorrer os indivíduos que reúnam os seguintes requisitos:

2.1 — Gerais — os constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

2.2 — Especiais — podem concorrer os indivíduos possuidores da escolaridade obrigatória e de comprovada formação ou experiência